

UMA PROPOSTA PARA ESTUDO DA HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA COMO OBJETO TRANSISTÊMICO

Hélcio Batista PEREIRA¹
Marilza de OLIVEIRA²
Priscilla Barbosa RIBEIRO³

RESUMO: O presente trabalho pretende contribuir para o estudo na área de História Social da Língua. Partindo da *sociolinguística paramétrica* (TARALLO; KATO, 2007) conciliada à teoria sociológica de Pierre Bourdieu (1994, 2003), propomos uma abordagem transistêmica da língua. Nessa perspectiva, concebemos que esta é gerada em dois níveis complementares: no nível biológico e inato, a faculdade da linguagem, após amadurecimento, dota o indivíduo de *competência linguística* (CHOMSKY, 1986); no nível de natureza social, o *habitus*, depois de internalizado, concede-lhe um certo *capital linguístico*. A partir desse percurso teórico, apresentamos alguns resultados encontrados recentemente a partir dessa abordagem: a reconstrução da realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX; a interpretação das diferenças dos usos linguísticos de Pereira Barreto e Eduardo Prado, dois intelectuais paulistas do período republicano, com especial foco para a função do sujeito e, finalmente, da interpretação sociohistórica da ordem dos constituintes nos documentos produzidos no âmbito da Escola Normal da Capital ao final do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Chomsky. Bourdieu. Labov. Competência Linguística. *Habitus* Linguístico.

Introdução

Dotar os estudos linguísticos de uma discussão sociohistórica, escopo do presente trabalho, impõe a diluição de fronteiras entre as áreas de co-

¹ Docente do Departamento de Letras - Instituto de Ciências Sociais e Comunicação – UNIP; São Paulo-SP, Brasil. helcius@usp.br

² Docente da Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; São Paulo- SP, Brasil. marilza@usp.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; São Paulo-SP, Brasil. priscillaribeiro@usp.br

nhecimento. Com efeito, a língua, como objeto transistêmico, está alicerçada numa plataforma histórica e social e, por isso, não pode ficar circunscrita a um único matiz interpretativo. Ou seja, é preciso transitar entre as diferentes disciplinas, adensar o diálogo, para compor, com base nessa paleta de conhecimentos, um determinado quadro linguístico.

Inscrita na área da História Social da Língua, a proposta de análise que pretendemos desenvolver requer uma concepção teórica que supere as oposições entre a noção de estrutura internalizada nos indivíduos e o enquadramento da língua como produto social. Observamos ser necessário um modelo teórico que espouse a ideia de que a língua é um processo mental/cerebral, herdado biologicamente de nossos ascendentes, mas que só ganha significação e sentido no seu uso social.

Uma primeira linha matricial desse aparato que concilia as visões internas e externas da língua é tributária, no Brasil, a Tarallo e Kato (2007),⁴ que propuseram uma trama fina entre os dois modelos, criando a *sociolinguística paramétrica* ou o *variacionismo paramétrico*.

De fato, o entrelaçamento dos parâmetros gerativistas às variáveis sociolinguísticas otimizou o alcance descritivo dos fenômenos linguísticos. Entretanto, como propõe Gombrich (1995) para a pintura, uma descrição só faz sentido se explorada sua relação com outros objetos. A partir dessa relação é que se pode dar conta do objeto em sua totalidade, alcançando-se assim a adequação explicativa. Um caminho para se atingi-la é, a nosso ver, por meio da conciliação da sociolinguística paramétrica à proposta sociológica de Pierre Bourdieu.

O sociólogo propôs um modelo que, assim como o de Chomsky, tem característica gerativa, permitindo ao indivíduo a produção infinita de discursos, em um processo regulado pelo *habitus* linguístico.⁵ Adotando a metáfora da economia, Bourdieu sugere a existência de um mercado linguístico em que produtos linguísticos entram em concorrência. Este mercado caracteriza-se pela distribuição desigual do capital (linguístico) entre os agentes, de modo a produzir e alimentar o *poder simbólico* de usos linguísticos que, por sua vez, numa via de mão dupla, reinstala a distribuição desigual do capital.⁶

⁴ A primeira publicação desse texto data de 1989.

⁵ O conceito bourdiesiano de *habitus* difere da noção comum de *hábito*.

⁶ O assunto será retomado em seções posteriores.

A partir daí, iremos propor um arcabouço teórico com o qual procuraremos explicar as expressões linguísticas como produtos que são gerados no *módulo gerativo estendido*, constituído pela *competência linguística* descrita por Chomsky e pelo *capital linguístico* proposto por Bourdieu, e ofertados em um dado mercado linguístico, caracterizado pela variação e pela heterogeneidade, tal qual encontramos na concepção de língua de Labov (2008).

A concepção de língua internalizada

Voltando-se para os mecanismos internos envolvidos no pensamento, Chomsky adota uma perspectiva mentalista e propõe um programa científico cujo objeto é a língua-I, concebida como a língua interna, individual e intensional. Segundo essa visão, o foco deveria recair nos estados da faculdade da linguagem, “entendidos como constituindo alguma série de características e capacidades cognitivas, uma componente particular da mente/cérebro humanos” (CHOMSKY; LASNIK, 1999, p. 52).

Uma primeira questão enfrentada por esse programa diz respeito à delimitação do conhecimento linguístico que deve ser adquirido pelo falante, visto como um tipo ideal. O conhecimento que cada indivíduo adquire é a língua-I, que o torna capaz de gerar todas as suas expressões linguísticas, ou seja, dota-o da capacidade de especificar a forma e os significados dos itens lexicais, bem como o tratamento adequado das expressões mais complexas da língua.

Coerentemente com a visão internalista, Chomsky sugere que este conhecimento é inato: “certain aspects of our knowledge and understanding are innate, part of our biological endowment, genetically determined, on a par with the elements of our common nature that cause us to grow arms and legs rather than wings” (CHOMSKY, 1988, p. 4). Nesse sentido, a faculdade da linguagem tem uma perspectiva biológica e é entendida como um *órgão da linguagem* que se desenvolve assim como outros órgãos ou sistemas corporais. Esse potencial permite a aquisição da língua-I, de modo que o falante desenvolve sua competência linguística, ou seja, o saber e o conhecimento sobre uma dada língua.⁷

⁷ Esse conhecimento refere-se ao uso da língua, não consistindo necessariamente em conhecimento metalinguístico.

Para justificar a aquisição da linguagem, supõe-se que o falante desenvolva sua competência a partir da exposição a dados linguísticos. Evocando o *Problema de Platão*, que discutia a aquisição de conhecimentos sem o apoio de um ensino formal, Chomsky procura explicar como a criança de 2-3 anos desenvolve uma gramática a partir de experiências que não comportam todos os usos possíveis de sua língua sem ter recebido instruções.⁸ Apesar da limitação desse *input*, a criança salta de um estado inicial, invariante em toda a espécie humana, a que Chomsky rotulou de *Gramática Universal* (GU), para um estado final, que corresponde a uma língua específica e ao conhecimento que tem sobre ela. Quando esse estágio final é atingido, a competência da criança dá-se por madura, o que significa que sua Língua-I foi adquirida. A partir desse momento, podemos considerar que a teoria que expressa seu conhecimento é a sua *gramática*.

Para explicar por que a criança adquire uma língua X e não Y, Chomsky lança mão do conceito de *parâmetro*, que justifica a diferença entre as línguas. Em contraposição ao *princípio*,⁹ invariante trans-linguisticamente e válido para todas as línguas, a noção de parâmetro prevê a variação.

A proposta de Princípios & Parâmetros (P&P) mantém uma concepção da faculdade da linguagem como sendo um sistema computacional complexo, pronto para uso, mas que precisa ser configurado para funcionar perfeitamente (CHOMSKY, 1998, p. 25).

Nessa perspectiva, a gramática do estado inicial da faculdade da linguagem, a GU, é constituída por princípios e por parâmetros, estes, ainda sem valor definido. O processo de maturação da competência linguística se dará quando a criança, a partir dos dados fornecidos pela experiência, define os valores positivos [+] ou [1] ou negativos [-] ou [0] dos parâmetros de sua língua (CHOMSKY, 1988, p. 63).

Uma proposta para estudo da língua em uso

A proposta de um falante ideal na teoria chomskyana tem como contraparte, na teoria laboviana, o contexto social, visto que “crianças mantidas

⁸ Ressalte-se que, mesmo que recebesse instruções, estas seriam insuficientes para que a criança produzisse as estruturas linguísticas que já é capaz de realizar nessa idade.

⁹ Mais adiante discutiremos algumas divergências no uso dos conceitos *princípios* e *parâmetros*. Por ora, ficaremos com seu significado mais geral.

em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros” (LABOV, 2008, p. 215). Nesse sentido, o programa científico de Labov foca o que Chomsky (1986) chama de língua-E, externa, extensional, que se manifesta no uso.

Na visão laboviana, a Linguística é o estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Ao sociolinguista cabe identificar uma dada regra linguística presente no dialeto de uma comunidade; mapear os fatores e contextos determinantes para que ela ocorra; entender como essa regra se combina com outras existentes no sistema linguístico onde opera; estudar como ocorre a mudança linguística, ou seja, a alteração nos sistemas de regras (LABOV, 2008, p. 242).

Assim, Labov defende uma prática científica baseada em dados reais recolhidos da fala, afastando-se da metodologia mentalista (usada pelos gerativistas), focada nos julgamentos de falante ideal e em sentenças produzidas por um dado idioleto, muitas vezes o do próprio pesquisador. A intuição de pesquisadores envolvidos profundamente com as questões teóricas pode interferir em seus julgamentos, o que implica em uma elevada probabilidade de distanciamento entre os resultados encontrados por essa metodologia e os encontrados na língua utilizada na vida real e cotidiana (LABOV, 2008, p. 236).

A abordagem laboviana propõe estabelecer correlações entre as variáveis linguísticas e as variáveis não linguísticas do contexto social. Desse modo, busca-se a distribuição dos traços linguísticos, associando-os a perfis socioeconômicos, étnicos, de gêneros e etários, além de considerar as diferenciações estilísticas do contexto imediato de interação linguística.

Considerando que todas as línguas são marcadas pela heterogeneidade, “resultado natural de fatores linguísticos fundamentais” (LABOV, 2008, p. 238), toma como foco a variabilidade nas línguas, que pode ser explicada por fatores internos ou externos a elas. A falta de estabilidade está na raiz dos processos de mudança, embora nem toda variação estrutural acarrete mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 125).

Por depender de variação, a mudança aparece, em um primeiro momento, de forma silenciosa, surgindo apenas como um traço linguístico no interior de um subgrupo social específico. O aumento de sua ocorrência no interior desse grupo pode se expandir e atingir outros grupos sociais. O traço

linguístico pode ficar associado às características expressivas do grupo original e carregar valores de prestígio negativo ou positivo.¹⁰

Sua generalização no interior do sistema linguístico não é feita sem que haja implicações para outros fenômenos e para outras formas linguísticas da estrutura em que foi inserido. Essas formas podem se mover na mesma direção do traço inovador ou até na direção oposta. À medida que a mudança vai atingindo um maior grau de complexidade, escopo e extensão, o traço consolida o seu valor social, sendo muitas vezes refreado e sofrendo um processo de correção na fala formal. O traço pode se tornar uma marca social, vindo a contribuir para a formação de estereótipos. Sua sobrevivência dependerá da sorte do grupo social a que está associado:

Se o grupo se mover para a corrente dominante da sociedade, e receber respeito e proeminência, então a regra nova pode não ser corrigida, mas sim, incorporada ao dialeto dominante às custas da forma mais antiga. Se o grupo for excluído da corrente dominante da sociedade, ou se seu prestígio diminuir, a forma linguística ou regra será estigmatizada, corrigida e até mesmo extinta. (LABOV, 2008, p. 366)

Salientamos três implicações desse modelo: (i) *transição*: mapeamento dos estágios da mudança; (ii) *encaixamento*, identificação dos efeitos sistêmicos da mudança; e (iii) *avaliação*, busca das correlações entre as atitudes e aspirações dos falantes e o seu comportamento linguístico, tais como os estigmas e prestígios atribuídos à forma inovadora.

Pelo que mostramos até aqui, os programas de Chomsky e Labov guardam diferenças significativas. Entretanto, a pesquisa linguística no Brasil encontrou pontos de conciliação entre essas duas propostas, propondo um arcabouço teórico-metodológico bastante produtivo, como veremos a seguir.

A sociolinguística paramétrica

A concepção chomskyana de parâmetro foi a trave que possibilitou o diálogo com a sociolinguística laboviana realizada pelos linguistas brasileiros (TARALLO; KATO, 2007). De fato, a variação linguística dialetal presente na proposta de Labov passou a ser relacionada com o processo de parametrização da língua proposto por Chomsky. Como a base de uma mudança linguística encontra boa parte de sua explicação na variação, ao passar a considerá-la em seu modelo, o gerativismo pôde abrir uma janela para a

¹⁰ Se esse prestígio for negativo, pode inclusive haver descontinuidade no processo de mudança.

diacronia, acompanhando a sociolinguística. A busca de respostas para uma mesma pergunta foi a convergência necessária para a constituição de um aparato teórico-metodológico mais adequado para o sucesso de um novo programa de pesquisa.

O diálogo entre as duas teorias, expresso na proposta da *harmonia transistêmica*, apontava para a

[...] compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e inter-linguística, enfim: na harmonia trans-sistêmica. (TARALLO; KATO, 2007, p. 16)

Essa compatibilidade encontra respaldo no fato de que o próprio Labov, explorando as possibilidades de análise de dados reais em sua proposta de linguística de probabilidades, não abriu mão de sistematizar seus resultados à maneira de uma linguística das propriedades. Além disso, os trabalhos de cunho variacionista chegam a resultados semelhantes ou compatíveis aos encontrados por gerativistas. A metodologia sociolinguista poderia fornecer aos gerativistas elementos para realinhar seu modelo linguístico; a pesquisa gerativista, por sua vez, poderia mostrar aos sociolinguistas novos fenômenos para o estudo da variação e da mudança linguística.

Sustentados por essas possibilidades, diversos trabalhos de pesquisa linguística se inseriram na chamada *sociolinguística paramétrica* ou *variação paramétrica*, que muito colaborou para o desenvolvimento da pesquisa linguística nos últimos 30 anos. Dentre esses trabalhos podemos citar Tarallo (1985), Berlinck (1989, 2000), Torres Morais (1993), Duarte (1995, 1996a; 1996b; 2003a), Cyrino, Duarte e Kato (2000) – só para ficar nos que estudaram a realização do sujeito e a ordem de constituintes sentenciais no português brasileiro – dentre muitos outros, levando a cabo uma opção metodológica que conjuga a análise probabilística dos fatos reais da língua (considerando variáveis linguísticas e sociais) e procedimentos de natureza mentalista.

Essa junção, que permitiu um grande avanço nos estudos linguísticos feitos no Brasil, segundo nosso ponto de vista, pode ser fortalecida. O esquema proposto pelo variacionismo paramétrico mostra o impacto das variáveis sociais sobre a linguagem, entretanto não explicita como se dá a passagem da dimensão individual para a social. Parte-se de um módulo da linguagem

e passa-se, em seguida, para a análise de variáveis sociais, corporificando o falante ideal, um dos caminhos possíveis para se justificar a mudança linguística, sem que haja entre esses dois – o individual e o social – um elo intermediário.

Uma saída para esse impasse está na diferença entre adequação descritiva e explicativa de uma teoria. A primeira pode ser alcançada pela descrição dos fenômenos linguísticos e sua diversidade e das gramáticas onde são possíveis, como propõe o programa da sociolinguística. A teoria só se torna explicativa se puder dar conta de como uma criança, após avaliar as gramáticas disponíveis, opta por uma delas (CHOMSKY, 1970, p. 30).

Por analogia, uma teoria linguística que pretenda agregar o impacto do uso social ao módulo da linguagem herdado geneticamente terá natureza descritiva se se limitar a apontar as variáveis sociais relevantes para um dado fenômeno linguístico e a descrever os seus impactos sobre sua configuração.¹¹ Por outro lado, terá caráter explicativo se, além disso, preocupar-se com a questão de como o dado social emerge no indivíduo para, a partir daí, determinar sua linguagem. Para isso, é necessário propor a existência de um mecanismo através do qual o indivíduo apreende as regras sociais e avalia as normas linguísticas disponíveis, escolhendo uma delas para colocar em uso.

O processo de apreensão das regras e normas sociais que têm impacto na linguagem do indivíduo é viabilizado pela expressão linguística. Somente após assistir a um determinado uso e constatar que sobre ele não recai qualquer estigma, ou que sua utilização implica em prestígio social, é que o usuário da língua poderá optar por utilizá-lo em sua fala ou em sua escrita. Aparentemente, essa opção teórica se configuraria em um retorno aos pressupostos das teorias behavioristas, que sustentam o aprendizado da língua por repetição e imitação, contra o que a teoria chomskyana tanto se debateu, apontando seus equívocos. Entretanto, a inclusão da dimensão social da linguagem em nosso modelo de teoria linguística não aposta no behaviorismo. Ao contrário, para ser coerente com a proposta de Chomsky, supõe que os indivíduos contam com um módulo (construído socialmente e que deve ser interiorizado) que apresente propriedades também gerativas, devendo ser ca-

¹¹ Não queremos com isso minimizar o trabalho de pesquisa baseada em um programa científico cujo foco está no trabalho descritivo. Apontamos aqui, entretanto, que se faz necessário manter os critérios da adequação descritiva e da adequação explicativa se quisermos obter um modelo teórico coerente no tratamento que dá ao individual e ao social.

paz de gerar infinitamente as expressões linguísticas que avalia serem significativas socialmente.

Na busca de solucionar esta questão, chegamos até a proposta de Pierre Bourdieu. O sociólogo, que muito se apoiou nas pesquisas linguísticas de William Labov, e que tantas críticas dirigiu ao gerativismo de Noam Chomsky, tem uma proposta teórica das práticas linguísticas que, acreditamos, pode nos ajudar a solucionar as lacunas do variacionismo paramétrico. Antes de vermos como isso é possível, devemos nos deter mais atentamente em seu modelo teórico.

***Habitus* linguístico e competência legítima**

Coerentemente com sua ambição de superar o embate entre o objetivismo e o subjetivismo, Bourdieu propôs sua teoria a partir da crítica ao estruturalismo saussuriano que, segundo sua interpretação, trata a língua de maneira naturalizada e autônoma. Opondo-se a essa concepção, Bourdieu enfatiza que “a linguagem é uma *praxis*: ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação” (BOURDIEU, 1994, p. 158).

O sociólogo aposta na ideia de que a expressão linguística é o resultado da somatória de *habitus* linguístico e mercado linguístico (BOURDIEU, 2003, p. 127). O *habitus* linguístico é o sistema de disposições, produto das condições sociais, adquirido através da própria prática desde os primeiros contatos sociais ainda no ambiente familiar. Esse sistema contém a matriz de apreciação, de valores que censuram ou prestigiam os discursos e é responsável pela geração infinita de discursos e pela “produção de discurso ajustado a uma ‘situação’ ou antes ajustado a um mercado ou a um campo” (BOURDIEU, 2003, p. 128).

O mercado linguístico é criado “sempre que alguém produz um discurso em intenção de receptores capazes de o avaliar, de o apreciar e de lhe dar um preço” (BOURDIEU, 2003, p. 129). Poderia se pensar que nesse mercado os produtores se igualam na sua capacidade de ofertar produtos linguísticos, obtendo o lucro dos juízos feitos em sistema de concorrência perfeita. Entretanto, essa visão liberal do mercado é tão falsa para o campo dos bens econômicos como para o mercado linguístico:

Do mesmo modo que no mercado econômico há monopólios, relações de força objetivas que fazem com que todos os produtores e todos os produtos não sejam iguais à partida, assim também no mercado linguístico há relações de força. Portanto, o mercado linguístico tem leis de formação de preços que são tais que nem todos os produtores de produtos linguísticos, palavras, são iguais. (BOURDIEU, 2003, p. 132)

Assim, “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos ser somente compreendidos, mas obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos” (BOURDIEU, 1994, p. 161). E nesse sentido, aquele que obtém êxito de se impor, ou seja, aquele que consegue colocar o seu produto linguístico no mercado e por ele receber o maior lucro simbólico possível, possui mais do que domínio da estrutura linguística de sua língua, possui o que o autor chama de *capital linguístico* ou *competência legítima*.¹²

O capital linguístico é “o poder sobre os mecanismos de formação de preços linguísticos, o poder de fazer funcionar em proveito próprio as leis de formação dos preços e de recolher a mais-valia específica” (BOURDIEU, 2003, p. 130). Ou seja, o capital linguístico expressa o *quantum* de poder que um dado agente deve possuir para impor um discurso ou uma expressão linguística, para fazer-se ouvido, para ordenar, para se valorizar socialmente. Os que não possuem esse capital linguístico suficiente para impor preços no mercado linguístico são obrigados a silenciar suas ideias ou formas linguísticas, a aceitar sua condição de dominados social e linguisticamente.

Com o conceito de capital linguístico, a noção de competência linguística amplia sua tessitura. A postulação de que o homem é dotado de um aparelho linguístico que lhe permite a competência para gerar infinitas sentenças gramaticais é perfeitamente válida, entretanto, não é suficiente para explicar seu uso social que deve incorporar a essa competência a habilidade de produzir discursos passíveis de serem ouvidos, impostos, obedecidos e aceitos socialmente.¹³

¹² O adjetivo *legítimo* aqui se refere ao fato de que há entre os usuários aqueles que dominam e os que são dominados, um reconhecimento de que esta competência, em detrimento de todas as outras, deve ser considerada como a única válida, correta e de valor social.

¹³ Competência legítima, no esquema de Bourdieu, extrapola o conceito de competência comunicativa, pois pressupõe um princípio mercadológico que, no uso linguístico, é traduzido como a capacidade de produzir discursos/expressões linguísticas e colocá-las no mercado.

Essa leitura não nega a existência de uma competência linguística, mas vincula o seu valor à validação pelo mercado linguístico. Nesse sentido, a competência chomskyana é pré-condição para o capital linguístico, mas só se capitaliza quando entra em relação com um certo mercado (BOURDIEU, 1994, p. 164), em que entra em jogo o problema da avaliação, que atribui juízos de valor a formas linguísticas.

Se a competência linguística é a capacidade de gerar discursos repletos de gramaticalidade, capital linguístico é a habilidade de antecipar os lucros resultantes da troca (ou da circulação) linguística. Só o tem aquele que consegue realizar cálculo não consciente e não mecânico acerca do valor que suas expressões linguísticas ganhariam, antes de colocá-las em circulação, prevendo censuras, sanções e buscando as formas e os conteúdos de maior aceitação social. Tudo isso é subsumido pelo *habitus* linguístico:

[...] na verdade, o princípio das estratégias é o *habitus* linguístico – disposição permanente em relação à linguagem e às situações de interação, objetivamente ajustadas a um dado nível de aceitabilidade. O *habitus* integra o conjunto das disposições que constituem a competência ampliada [o capital linguístico] que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade. (BOURDIEU, 1994, p. 170)

Uma determinada competência ganha legitimidade quando se torna dominante, passando a ser a referência de análise avaliativa de diferentes competências. Esse processo é aceito naturalmente, sem que o falante perceba que a aceitação da dominação da competência legítima é resultado de processo histórico-social.¹⁴

A nosso ver, a proposta teórica de Bourdieu apresenta a capacidade explicativa das interações do indivíduo e o social na *praxis* linguística. Parece-nos que temos aqui rica matéria teórica capaz de energizar o diálogo da chamada *sociolinguística paramétrica*.

¹⁴ Entendemos que essa espécie de contrato de adesão à competência legítima deva ser relativizada, pois não há equivalência perfeita entre capital econômico e capital linguístico. Não resta dúvida de que quem tem capital econômico quer ter o capital simbólico (e a língua é uma instância desse), uma vez que ambos são mecanismos de poder. No entanto, entendemos que a adoção da competência legitimada é uma possibilidade, mas não é a única ou pelo menos não em sua plenitude. Rasgos da competência de um grupo socioeconômico em ascensão, por exemplo, podem ou não adquirir poder simbólico.

Convergências teóricas

No modelo que propomos, a língua é um sistema complexo que tem uma dimensão biológica, herdada geneticamente, mas não se separa do social, ganhando valor e sentido no seu uso. Disso decorre a necessidade de dissolver as oposições como mental *versus* uso, individual *versus* social, processo *versus* produto. Cada um dos termos colocados em oposição é uma face importante que deve ser analisada, mantendo relações de trocas mútuas com sua contraparte. O modelo deve ser transistêmico, assim como foi proposto por Tarallo e Kato (2007).

Tomando o modelo gerativista de Chomsky como uma primeira face da linguagem, assumimos que, no processo de aquisição, a GU iguala todos os seres humanos. A faculdade da linguagem, módulo da mente/cérebro humano, parte deste estágio inicial para atingir o seu amadurecimento. No estágio inicial estão presentes os Princípios, invariantes trans-linguísticas, e um conjunto de Parâmetros, que devem ser ligados ou marcados pela criança, a partir dos poucos fragmentos de linguagem com que tem contato ainda na primeira infância. O final dessa etapa de parametrização corresponde ao conhecimento de uma língua, o que habilita a criança a produzir estruturas gramaticais regidas pelos princípios e pelos parâmetros já ativados. Desse modo, a criança tem a capacidade de gerar infinitas estruturas gramaticais a partir dos finitos recursos disponíveis para o uso da linguagem.

Mas o desenvolvimento cognitivo da criança no domínio linguístico não depende somente desse processo interno de amadurecimento da linguagem. A criança vai também entrar em contato com o *habitus* linguístico de sua família, de seu grupo social, e do *status* social que assumirá na comunidade. Construído historicamente, também o *habitus* deverá se tornar uma estrutura interna ao indivíduo, o qual carregará as regras e os comportamentos sociais. Nele está inscrito o que poderá ser dito e o que deverá ser silenciado, em virtude da existência de um esquema de sanções e de prestígios, definido pelo código social a que pertence.

Se do processo de amadurecimento da faculdade da linguagem resulta a competência linguística desse indivíduo, a internalização do *habitus* linguístico dará a ele o seu capital linguístico. Competência e capital linguístico não são etapas alcançadas de forma isolada, sem que haja inter-relação entre elas. Sem adquirir uma certa competência linguística, um certo capital lin-

guístico nunca será alcançado; por outro lado, sem ser validada pelo capital linguístico, a competência de nada valerá do ponto de vista da produção linguística, podendo nunca ser colocada em uso. Dessa forma, se uma determinada expressão linguística for silenciada pelo *habitus*, a criança talvez nunca tenha chance de ativar positivamente um determinado parâmetro.

Partindo do individual para o social, é possível identificar indivíduos que se agrupam em termos de similaridade quanto à configuração de sua faculdade da linguagem já amadurecida (após ter sido parametrizada) e em seus *habitus* linguísticos. Como resultado, temos as diferentes variedades linguísticas evidenciando a heterogeneidade e a variação, estudadas no modelo laboviano. As distinções que determinam essa heterogeneidade se dão tanto no âmbito da competência linguística, como no âmbito do *habitus* linguístico.

A faculdade da linguagem e o *habitus* linguístico constituem mecanismos potencialmente geradores de estruturas linguísticas (e de discursos). De modo que o que propomos é um conceito gerativista estendido por prever interações mútuas entre as dimensões do indivíduo e do social,¹⁵ daí o nome *modelo gerativo transistêmico*.

Os produtos desse *módulo gerativo estendido* da linguagem serão apresentados no mercado linguístico, onde os indivíduos poderão submeter seus discursos às apreciações ou julgamento sociais. Estas apreciações, no entanto, são realizadas em um contexto em que certos usuários da língua possuem mais capital linguístico que outros, e conseguem por isso impor seus produtos, preços e aferir maiores lucros simbólicos. Seu modo de falar e seu discurso são reconhecidos como legítimos e passam a ser tomados como modelo a partir do qual um dado falar deve ser julgado. Quanto mais o indivíduo se distanciar desse modelo, mais será estigmatizado ou isolado.

O modelo gerativo transistêmico prevê mudanças linguísticas, que podem ocorrer em função de alterações no processo de amadurecimento da faculdade da linguagem, e pela marcação paramétrica diferente da que gerou o *input*. Além disso, alterações no *habitus* linguístico ou na avaliação linguística por este realizada podem levar ao (des)uso de estruturas. Deste modo, uma mudança linguística pode ter origens em alterações no âmbito do funcionamento do mercado linguístico. Por exemplo, a chegada de falantes estrangeiros poderá determinar alterações no mercado, acrescido com novos agentes e

¹⁵ Tomamos aqui emprestado o adjetivo sugerido por Tarallo e Kato (2007).

com a oferta dos produtos linguísticos. Todas essas esferas podem isoladamente ou em conjunto determinar um processo de mudança linguística.

Aplicando o modelo

A realização do sujeito pela elite paulistana

O gerativismo transistêmico foi proposto por Pereira (2010) que o aplicou ao estudo da realização do sujeito pela elite paulistana no início do século XX, comparando o percurso do fenômeno ao realizado pelo dialeto caipira, procurando dar-lhe uma dimensão sociohistórica, tendo em vista que estudos linguísticos apontam a intensificação do uso do sujeito pleno no Português Brasileiro na virada do século XIX para o XX.¹⁶

A cidade de São Paulo atravessava um processo intenso de urbanização e de grande crescimento econômico desde o último quartel do século XIX. Em função disso, passou a ser moradia de inúmeras famílias de fazendeiros advindas do interior, enriquecidas principalmente em função dos negócios direta ou indiretamente relacionados à economia agroexportadora (principalmente de café). Também neste período, a cidade recebeu vultoso contingente de imigrantes, muitas vezes após um período inicial no trabalho como mão de obra das lavouras cafeeiras. De 1908 a 1936, aportaram em Santos mais de 1,2 milhões de imigrantes (KLEIN, 1989), principalmente de origem italiana, portuguesa e espanhola. Esse fluxo foi incentivado por essa elite, numa política de branqueamento da população brasileira.

Dois perguntas nortearam o trabalho:

- 1) Fixada na capital, a elite paulistana teria se afastado do dialeto caipira? A importância desta pergunta está no fato de que muitos de seus membros tinham origem rural ou mantinham ligação com o interior em função dos negócios ligados às atividades agrícolas.
- 2) O contato com imigrantes de línguas de sujeito nulo teria impactado o uso linguístico dessa elite no que se refere à realização do sujeito?

O trabalho tomou como amostra cartas de duas gerações da família Mesquita, proprietária do Jornal *O Estado de São Paulo*, a partir de 1897. Da primeira geração, que veio do interior do estado para a capital, foram anali-

¹⁶ Dentre esse estudos, podemos citar: Tarallo (1985); Duarte (1995); Duarte (1996); Negrão e Muller (1996); Cyrino, Duarte e Kato (2000); Negrão e Viotti (2000); Duarte (2003a); Duarte (2003b); Barbosa, Duarte e Kato (2005); Duarte (2007); e Berlinck, Duarte e Oliveira (2009).

sadas cerca de 9 cartas de Júlio Mesquita remetidas ao político Washington Luís. Da segunda geração, foram analisadas 23 cartas de Júlio Mesquita Filho para sua esposa, Marina Mesquita, e outras 23 remetidas por esta ao seu marido, entre as décadas de 1920 e 1930. O contraponto caipira, na ausência de registros fidedignos, foi composto a partir de contos de Valdomiro Silveira, publicados na imprensa paulista em 1906, em cujos diálogos procuravam mimetizar a fala dos caipiras, com os quais o autor teve contato nos anos em que residiu no interior do Estado de São Paulo.

Os resultados obtidos nos textos produzidos pela elite paulistana mostraram o predomínio da forma nula, entretanto, de uma geração para outra, houve aumento da realização pronominal do sujeito, passando de 20% para 30%. Já os dados do dialeto caipira evidenciaram uma situação em que o sujeito expreso era a forma predileta para realização do sujeito sentencial, correspondendo a 61% das ocorrências mapeadas.

A análise também revelou a atuação dos mesmos fatores linguísticos nos diferentes *corpora*, apesar das diferenças quantitativas. Assim, o aumento do sujeito nulo é diferenciado conforme a pessoa do discurso e o gênero: nos textos produzidos pela elite, de caráter epistolar, o incremento da forma expressa mostrou-se em processo mais avançado na 2ª pessoa do discurso e na 3ª, havendo resistência do sujeito vazio na 1ª pessoa; no material do dialeto caipira, os expressos são mais utilizados na 1ª e na 2ª pessoa, resistindo na 3ª. Os contextos marcados com referentes [+humano] favorecem os sujeitos expressos; enquanto o traço [-humano] do referente está relacionado ao sujeito vazio.

Quanto à estrutura sintática, não há diferença entre o uso da elite e o caipira. Elementos que preenchem as posições disponíveis em CP (Spec de CP e C⁰) intensificam o uso da forma expressa, enquanto a ausência desses elementos favorece o sujeito vazio. A presença de elementos entre o sujeito e o verbo (adjunção em IP), por sua vez, também é um dos principais contextos de resistência da forma nula. Sempre que o acesso do pronome ao seu antecedente é dificultado, a probabilidade de ocorrer um sujeito vazio diminui. No que diz respeito ao tempo verbal, o pretérito perfeito é contexto de retenção do sujeito vazio.

Do ponto de vista de condicionamentos linguísticos, não se revelou diferença entre as duas variedades. Porém, o aumento do sujeito pronominal de uma geração para outra na elite ecoa o processo que já estava em curso no

caipira. Considerando o elevado número de imigrantes de línguas de sujeito nulo na cidade, pode-se inferir que o dialeto da elite não se alterou no contato com essas línguas. Essa resistência foi justificada pelo *habitus* da elite e por sua atuação no mercado linguístico (PEREIRA, 2010).

Como no paradigma indiciário, a busca de pistas em textos produzidos na época por memorialistas e escritores da própria elite, além de estudos históricos do período revelou que a elite paulistana tinha diante da figura do caipira uma posição ambígua: de um lado, a elite tinha raízes e vínculos com o rural e, de outro, manteve diferenças estamentais históricas em relação às camadas populares. Além disso, essa mesma elite, diante do imigrante, agia de forma repulsiva, evitando conceder a este um *status* social equivalente ao que possuía, ainda que se tratasse de estrangeiro rico ou enriquecido. Esse quadro permitiu que, seletivamente, a elite escolhesse uma forma linguística – o sujeito pronominal – que também era utilizada pelo dialeto caipira, recusando outras formas desse mesmo dialeto, que por isso mesmo, permaneceram estigmatizadas. Ao acolher o sujeito pronominal, a elite elevou seu valor e legitimou essa gramática. Deste modo, procurou extrair da transação desse produto um maior lucro simbólico.

Formas pronominais no domínio público

O estudo do uso do sujeito pronominal no domínio público toma como amostra a discussão encadeada por dois intelectuais sobre diferentes temáticas na imprensa paulista de 1901: de um lado Luís Pereira Barreto (60 anos), que escrevia no *O Estado de São Paulo*, e de outro Eduardo da Silva Prado (40 anos), que se posicionava por meio de seu jornal *O Comércio de São Paulo*. O primeiro, de formação médica, representava a classe intelectual emergente que granjeava espaço na ordem republicana e o segundo, um bacharel monarquista, assentado em uma tradicional e portentosa família paulistana que até então monopolizava o poder sociopolítico e cultural.

Os pronomes em função de sujeito de uma maneira geral são, ao mesmo tempo, produtores e produtos dos valores das relações sociais. Entretanto, a 3ª pessoa tem certa opacidade em relação a esses valores e, por esse motivo, ela se presta a uma análise mais formalista, tanto é que os trabalhos sobre o tema têm se fixado em traços semânticos e na acessibilidade do referente. As pessoas do discurso, por sua vez, são transparentes a esses valores e, assim, requerem uma análise interdisciplinar.

A realização da 3ª pessoa tem frequência praticamente idêntica entre os debatedores. O traço animacidade os distingue: Eduardo Prado faz uso mais recorrente do pronome com traço [-humano], contabilizando 60,7% (17/28); Pereira Barreto mostra-se mais conservador nesse ambiente, com 51,8% (14/27). Já o contexto de maior acessibilidade do referente, o sujeito da subordinada retoma o sujeito da principal, (BARBOSA; DUARTE; KATO, 2000), é pronominalizado apenas por Pereira Barreto, acompanhando a tendência vernacular:

- (1) Pouco vale uma picareta_i, se não tiver ella_i a ocasião de ser applicada ao serviço de uma obra sutil. (LPB, 25/04/1901)

Se há diferença na 3ª pessoa, o rasgo entre os dois debatedores é ainda maior nas formas do discurso, pois elas se dobram a diferentes funções, ainda que em um mesmo diálogo. Apesar de ambos se servirem do título de doutor seguido do sobrenome (Eduardo Prado) ou de nome e sobrenome (Pereira Barreto) para se referir ao oponente, o bacharel faz uso da forma *Sua Excelência* ostensivamente (48 ocorrências), marcando o distanciamento não apenas pelo uso do pronome de tratamento, mas pelo possessivo de 3ª pessoa, não obstante o médico frequentasse a casa de D. Veridiana, mãe de Eduardo Prado. Já Pereira Barreto se esforça para fazer o movimento contrário, utilizando-se de formas nominais cujo núcleo os iguala como *ilustre amigo*, *ilustre patricio*, além da forma pronominal *vós* (2 ocorrências):

- (2) O dr. Barretto quer que nos retiremos, mas não satisfaremos a esse seu desejo. Talvez S.exc. se contentasse com uma simples mudança de assumpto? (EP, 22/5/1901)
- (3) Vós preferis as sendas biblicas e só enxergaes no passado (PB 24/05/1901)

A função discursiva de aproximar ou afastar o interlocutor, observada nas formas pronominais de 2ª pessoa, não pode, no entanto, ser evocada para explicar o uso dos pronomes de 1ª pessoa. Com efeito, é Pereira Barreto quem produz o pronome singularizado (32 ocorrências) ao passo que Eduardo Prado adota a forma do plural, 20 ocorrências de *nós*, em prejuízo do *eu* (02 ocorrências).

O fator flexão verbal se revelou pertinente na realização do pronome *eu* nos textos de Pereira Barreto, pois 90% dos dados apresentavam neutralização de formas verbais de 1ª e 3ª pessoas (*eu/ele falava*). Mas a flexão não explica a adoção do pronome em sua forma singular, sendo necessário observar sua função comparativamente com a do pronome *nós*. Como nas produções de Pereira Barreto o *nós* tem natureza nitidamente indeterminada, sobrepondo-se à construção 3ª pessoa+*se* (OLIVEIRA et al., 2009), faz sentido opor a leitura determinada à indeterminada às formas *eu* e *nós*, respectivamente. Assim, na escrita deste debatedor, o emprego de *eu* se contrapunha ao de *vós*, marcando tão somente a oposição entre as pessoas do discurso.

Nos textos do bacharel, o pronome *nós* tem baixíssima atuação como indeterminação do sujeito, com uma única ocorrência (OLIVEIRA et al., 2009), função marcada quase exclusivamente pela 3ª pessoa+*se*. Vem daí que, contrariamente aos textos do médico, o pronome *nós* tem caráter determinado, restando observar o valor inclusivo (*tu* e *eu*).

Ainda que o pronome *nós* possa ser usado para aproximar os interlocutores, instanciando o valor inclusivo, não é essa a função nos debates, visto que Eduardo Prado estabelece fronteiras rígidas entre ele e o seu interlocutor, por meio do pronome S. Exa. Os exemplos abaixo evidenciam, dessa forma, um outro valor:

- (4) Mais tarde, em 1900, sendo nós ainda representantes em Londres da Companhia Paulista, transmittimos a esta uma proposta firme de um sindicato. (EP 10/06/1901)
- (5) Mas, demonstrando nós que o dr. Barretto não conhece os factos, que systematização é esta? (EP 22/05/1901)

Eduardo Prado era o representante em Londres da Companhia Paulista de sua família e era ele quem desconstruía o discurso do médico apontando falhas, desconhecimentos, logo, o pronome *nós* remete a si próprio, ou seja, ganha função majestática.

Seu capital linguístico não se restringe ao emprego do *nós* majestático. Ele também faz uso do *eu* na correspondência epistolar que mantinha com o Barão do Rio Branco e com Rui Barbosa, na qual eram acionados justamente os pronomes *eu/vós* marcando as pessoas do discurso, tratamento cerimonioso.

so e respeitoso entre amigos no final do século XIX, como registra o bacharel Affonso de Freitas, em suas memórias redigidas na década de 1910.

A escolha pelas formas pronominais *eu/vós* nas cartas pessoais dá pistas indiciárias da atuação do fator domínio público *vs* privado, criando uma situação de diglossia, conhecida apenas por aquele que sempre esteve no centro do poder. O emprego de *nós* majestático vinha conformar, do ponto de vista linguístico, o poder de uma aristocracia cafeeira. Não à toa, no livro de memórias de Maria Paes de Barros, pertencente a outra família portentosa do período, não aparece nenhuma ocorrência do pronome *eu* ou do verbo flexionado nessa pessoa. Embora se trate de memórias da vida privada, o texto foi produzido para um público, saindo da esfera do singular, do indivíduo. O *nós* majestático configurava o *habitus* linguístico de um estrato social ao qual Pereira Barreto não era admitido, ainda que transitasse por essa comunidade elitista e forçasse a mão nos vocativos relacionais.

Com posições sociopartidárias claramente definidas e antagônicas, os dois intelectuais deixam rastros linguísticos de seus *habitus*. O bacharel, filho da aristocracia cafeeira, é guardião da função majestática do pronome *nós*, como um símbolo da adesão ou do pertencimento a uma ordem monárquica, em que as elites se colocavam como grupos de pessoas. O médico, representante da elite emergente, formada por cientistas, militares e positivistas, trazia para a República a meritocracia, em que o indivíduo¹⁷ ganhava centralidade, trazendo o pronome singularizado *eu* para a vida pública, lugar que começava a partilhar com os antigos *donos do poder*.

A ordem de constituintes sentenciais

Um dos aspectos gramaticais particulares à estruturação da língua portuguesa no Brasil da virada do século XIX para o XX é a posição do sujeito sentencial. Anteriormente, era usual a realização desse constituinte após o verbo, estrutura cuja frequência foi bastante reduzida, tornando-se a ordem no PB preferencialmente caracterizada por sujeito pré-verbal (BERLINCK, 1989; TORRES MORAIS, 1993).

Nesse contexto de fixação linguística, seria interessante observar qual a posição da escola quanto a fenômenos linguísticos em processo de mudan-

¹⁷ Sobre a distinção entre *pessoas* e *indivíduos*, cf. DaMatta (1997).

ça, como é o caso da posição do sujeito em relação ao verbo.¹⁸ O ponto de partida para essa discussão é a Escola Normal da Capital São Paulo (ENC), formadora de professores, cuja produção constituída de atas (19) e cartas oficiais (124) compõe a amostra deste estudo.¹⁹

Foi realizado o levantamento de ocorrências de sujeito pré e pós-verbal e a análise quantitativa e qualitativa dos dados, excluindo-se os contextos de orações reduzidas, infinitas e sujeitos oracionais. A partir desse procedimento, verificou-se no *corpus* um alto índice de sujeito pós-verbal, de 48,04%, aproximando-o do passado da língua portuguesa, que se caracterizava por uma menor restrição à posposição do sujeito (BERLINCK, 1989). A análise do condicionamento linguístico das realizações mostrou, entre os fatores que orientariam a estruturação da ordem, a relevância da transitividade verbal – verbos com menor número de argumentos tenderiam a favorecer a posposição do sujeito – e da proeminência discursiva do sujeito sentencial – sujeitos menos proeminentes tenderiam a ocorrer em posição pós-verbal:

- (6) Sendo, porem, certo que como servente prestou Ambrosio Antonio dos Santos serviços d'esde o dia 1º de Agosto (C, 7/12/1894)
- (7) Em seguida fez o cidadão Director a exposição do motivo da convocação extraordinaria da Congregação – declarando o seguinte: [...] (A, 16/10/1895)

A alta frequência de sujeito posposto, inclusive com verbos transitivos – de ordem VSO –, no *corpus* da Escola sugere sua correlação com um maior preparo escolar e cultural, visto que esse uso provavelmente já se afastava do vernáculo.²⁰ Essa hipótese foi confirmada a partir de correspondências dos brasileiros Machado de Assis e Euclides da Cunha, e dos portugueses Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz, escritas entre as décadas de 1880 e 1890. Como contraponto a esse material, foi composta uma amostra de cartas de Álvares de Azevedo representando a primeira metade do século.

¹⁸ Para um estudo mais detalhado sobre a ordem de constituintes na Escola Normal da Capital, cf. Ribeiro, 2010.

¹⁹ Foram excluídos da análise todos os contextos formulaicos, tanto para sujeito pré-verbal como pós-verbal.

²⁰ Sobre a ordem de constituintes em textos informais (cartas) e em representações de fala (peças de teatro), textos mais próximos ao vernáculo, vide Berlinck (1989) e Torres Morais (1993).

Esse material mostrou a proximidade, do ponto de vista quantitativo, do uso da ordem de constituintes pelos escritores brasileiros e portugueses do final do XIX, de 15% e 16,5% de posposição do sujeito, respectivamente. Esses índices são inferiores aos 35% encontrados em Álvares de Azevedo, diferença percentual que indicia a mudança constatada por outros estudos. Esses números estão longe de se alinhar aos resultados da ENC, revelando o distanciamento linguístico desta tanto em relação a escritores brasileiros como portugueses.

Afastados esses modelos, um possível interlocutor para a ENC seriam os intelectuais paulistas, afinal, a década de 1870, “marco para a história das idéias no Brasil” (SCHWARCZ, 1993, p.14), assinala a consolidação de uma intelectualidade de linhas diferentes, cujos membros poderiam ser tomados como referencial linguístico. Uma amostra de produções desses intelectuais, constituída a partir do debate promovido entre o bacharel Eduardo da Silva Prado e o médico Luís Pereira Barreto, em 1901, apresentou 32,7% e 35,5% de posposição do sujeito, superando, deste modo, os índices encontrados nos escritores a eles contemporâneos, mas nivelando-se ao uso de Álvares de Azevedo, e consolidando, na escrita intelectual, o conservadorismo linguístico como *habitus*. Esse *habitus* é reproduzido pela ENC de forma ainda mais intensiva, pois o índice de 48% de VS é superior não só ao encontrado para os intelectuais, como ultrapassa os 42% encontrados por Berlinck (1989) para amostra de 1750. A ENC parece buscar um modelo anterior a esse período.

Uma chave de interpretação para o conservadorismo da ENC está nos produtores dos textos da própria instituição. Pertencentes ao alto escalão hierárquico da Escola (diretor e professores), até o final do século XIX eram formados pela Academia de Direito de São Paulo (ADSP), criada para formar quadros administrativos. Ligada à oligarquia nacional, a instituição era conservadora e seus formandos eram enredados pelo espírito e costumes do grupo nela dominante (ADORNO, 1988; CANDIDO, 2004, p. 251-252), fazendo-se repercutir em outros ambientes, marcando valores, práticas e, inclusive, a linguagem, que tem lugar especial na formação bacharelesca. Presos às legislações quinhentistas e seiscentistas, seu objeto de estudo, os bacharéis lidavam constantemente com a linguagem do português clássico, que apresentava maior frequência de posposição do sujeito. O *habitus* linguístico dos

bacharéis presentes na ENC seria a levedura desta ordem de constituintes em uma época de grande propagação da ordem sujeito-verbo.

Deste modo, a linguagem utilizada no âmbito administrativo da ENC por seu diretor e professores, no que tange à ordem de constituintes, ao invés de trazer o frescor dos novos tempos culturais marcava-se por características mais antigas, em resposta a uma formação de base conservadora.

Conclusões

O modelo gerativo estendido aqui desenvolvido foi aplicado a três fenômenos em diferentes *corpora* do mesmo período, procurando identificar o capital linguístico em circulação num determinado mercado entre o final do século XIX e início do XX.

O estudo do preenchimento do sujeito analisado em cartas pessoais da elite paulistana e em contos de representação de fala do caipira revelou um alinhamento entre essas duas variedades, justificada pelo fato de que a elite tinha relações de origem e comerciais com a zona rural. Apesar de ter promovido a imigração europeia como política de branqueamento, essa elite não retrocedeu no processo de preenchimento do sujeito no contato com línguas de sujeito nulo. Esse fenômeno deixa à vista a legitimação de uma gramática que adquire mais-valia no mercado linguístico ainda que o ponto de partida tenha sido uma variedade que estava mais em consonância com o mundo rural, do qual a elite queria se distanciar.

O estudo das funções do pronome sujeito em debate veiculado pela imprensa mostrou que cada forma do discurso assume um valor que nem sempre é compartilhado com o interlocutor. Pereira Barreto opunha *eu-nós* pelo traço [+determinado], já Eduardo Prado, em textos de domínio público, preferia opor *nós-se* [+determinado]. Entretanto, no domínio privado, ele recupera o *eu*, dando margem a uma situação de diglossia, marcada pela distinção público-privado, capital linguístico de uma aristocracia ligada à monarquia ao qual Pereira Barreto não tem acesso.

O alto percentual de posposição do sujeito ao verbo encontrado em documentos produzidos na ENC se contrapôs fortemente ao vernáculo e também se mostrou incompatível com os resultados de escritores brasileiros e portugueses e os da intelectualidade paulista. O índice de sujeito pós-verbal nesses documentos é tributário à atuação de bacharéis na ENC, que gravaram

o conservadorismo da ADSP inclusive na escrita, criando assim um capital linguístico associado ao passado.

A aplicação do modelo teórico proposto foi viabilizada por pistas que indicavam as circunstâncias sócio-históricas e culturais capazes de identificar a marcação de valores e o capital linguístico correspondente a determinados usos da língua. Deste modo, pode-se ter uma análise enriquecida por vários pontos de vista, que permita ao observador uma mais completa apreensão e interpretação de seu objeto.

PEREIRA, H. B.; OLIVEIRA, M.; RIBEIRO, P. B. A proposal to study of the social history of language as a trans-systemic object. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 40-65, 2013 [2011].

ABSTRACT: *The aim of this work is to contribute to the studies of Social History of Language. Our starting point was the parametric sociolinguistic (TARALLO; KATO, 2007) which was conciliated with sociological theory proposed by Pierre Bourdieu (1994, 2003), in a trans-systemic approach. We argue that language is generated on two complementary levels: the biological and innate level. After matured, language faculty endows the individual with linguistic competence (CHOMSKY, 1986); in the social level, the habitus, after internalized, provides the individual with linguistic capital, as proposed by Bourdieu. From this theoretical approach, we present some recent researches that apply this paradigm to their analysis: the reconstruction of subject realization by Paulista elite from the early twentieth century; the interpretation of differences in linguistic usage of Eduardo Prado and Pereira Barreto - two intellectuals of the First Republic - with special focus on the function of the subject; and finally the socio-historical interpretation of the order of constituents in the documents produced under the auspices of the Escola Normal da Capital at the end of the nineteenth century.*

KEYWORDS: Chomsky. Bourdieu. Labov. Linguistic competence. Linguistic *habitus*.

Referências

ADORNO, S. **Aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira.

1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BERLINCK, R.A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). **Fotografias sociolinguísticas**.

Campinas: Pontes, Ed. Unicamp, 1989. p. 95-112.

BERLINCK, R. de A; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. Predicação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. do. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**.

Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.101-188.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. Economia das Trocas Linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Tradução de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 39)

CANDIDO, A. Nas arcadas. In: _____. **Recortes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 251-255.

CHOMSKY, N. **Linguagem e Mente**. Tradução de Lúcia Lobato. Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. **Language and Problems of Knowledge: the Managua Lectures**. Massachusetts: The MIT Press, 1988.

_____. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: PRAEGER, 1986.

_____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1970.

CHOMSKY, N; LASNIK, H. A teoria dos Princípios e Parâmetros. In: CHOMSKY, Noam. **O Programa Minimalista**. Tradução de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

CYRINO, S.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt: Vervuert; Iberoamericana, 2000, p. 35-73.

DUARTE, M. E. L. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. **Revista Linguística**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 85-117, 2007.

_____. Evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança linguística em tempo real**, Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2003a. p.115-128.

_____. Sujeitos indeterminados em PE e PB. **Boletim da ABRALIN**, n. 26, Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN. Ceará: Imprensa Universitária/UFC, 2003b, p. 405-409.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.107-128.

_____. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.** Tese (Doutorado Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1995.

FREITAS, A. **Tradições e reminiscências paulistanas.** Belo Horizonte/ Itatiaia: Edusp, 1985.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão** – um estudo da psicologia da representação pictórica. Tradução de Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KLEIN, H.S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e no século XX. **Rev. Brasileira de Estudos Pop.**, São Paulo, v. 6 n. 2, p. 17-37, jul./dez, 1989.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 12, p. 125-152, 1996.

OLIVEIRA, M. de et al. **Um monarquista e um republicano na arena linguística.** Comunicação coordenada. Congresso Internacional de Linguística Histórica – ROSAE. UFBA/ UNEB/ UEFS, Salvador, 2009.

PAES DE BARROS, M. **No tempo de dantes.** 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA, H. B. **A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX:** uma análise em perspectiva Gerativista Trans-sistêmica. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, P. B. **A ordem de constituintes sentenciais no português paulista.** Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1820-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TARALLO, F.; KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, p. 13-42, 2007.

TORRES MORAIS, M. A. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary

Uma proposta para estudo da história social da língua como objeto transistêmico

(Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
p. 263-306.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.